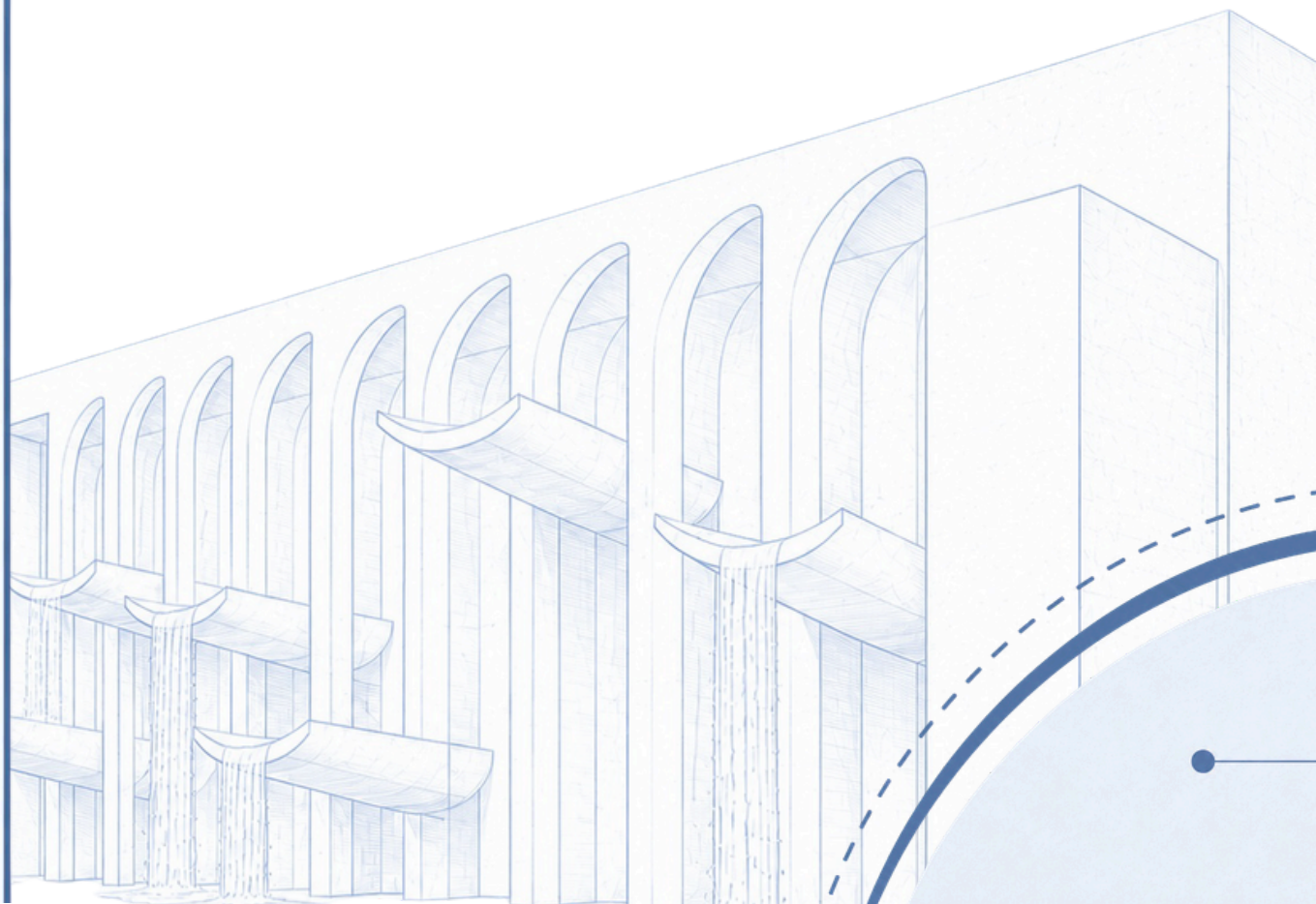
PLANO DE INTEGRIDADE

2026 - 2027

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



APRESENTAÇÃO

A integridade pública constitui princípio da governança e condição essencial para que a atuação estatal seja orientada pela primazia do interesse público, pela conformidade das condutas, pela transparência, pela responsabilidade e pela entrega de valor à sociedade. No Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), essa agenda assume especial relevância diante da amplitude, da complexidade e da sensibilidade das políticas públicas sob sua responsabilidade, que abrangem a garantia de direitos, a segurança pública, o acesso à justiça, a defesa do consumidor, as políticas sobre drogas, a gestão de ativos, as políticas penais, a cooperação jurídica e o enfrentamento à corrupção e ao crime organizado.

O Plano de Integridade do MJSP 2026-2027, aprovado pela Portaria MJSP nº 1.339, de 9 de novembro de 2026, é o instrumento que organiza as medidas de integridade a serem adotadas pelo Ministério durante o período de sua vigência. Como desdobramento operacional do Programa de Integridade do MJSP, o Plano traduz princípios, diretrizes, estruturas e mecanismos institucionais em ações concretas, com responsáveis, metas, indicadores e prazos definidos. Seu propósito é fortalecer a capacidade institucional de prevenir, detectar e remediar práticas de corrupção e fraude, irregularidades, ilícitos, desvios éticos e de conduta, violações ou desrespeito a direitos, valores e princípios capazes de afetar a confiança, a credibilidade, a reputação e os resultados do Ministério.

A elaboração deste novo ciclo observa o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que instituiu a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; o Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023, que instituiu o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (Sitai); e a Portaria Normativa CGU nº 234, de 6 de novembro de 2025, que aprovou o Referencial Técnico da Atividade de Gestão da Integridade do Poder Executivo Federal.

O novo Referencial Técnico ampliou e atualizou o modelo federal de gestão da integridade. Nesse modelo, a integridade pública organizacional não se limita à conformidade normativa ou à prevenção da corrupção. Ela compreende um conjunto coordenado de atividades, práticas e medidas destinadas a fortalecer a cultura ética, promover ambientes de trabalho respeitosos, prevenir violações de direitos, aperfeiçoar a gestão de riscos e os controles internos, ampliar a transparência e o acesso à informação e apoiar a tomada de decisão orientada pelo interesse público. O Referencial também determina que o Plano de Integridade seja construído em diálogo com o planejamento estratégico do órgão, de modo que as medidas de integridade contribuam diretamente para a missão institucional.

O Plano 2026-2027 sucede o Plano de Integridade 2024-2026. A atualização tornou-se necessária em razão da evolução do marco normativo federal, da publicação do já citado Referencial Técnico, da versão 2.0 do Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP), das alterações na estrutura organizacional do Ministério e da necessidade de ampliar a participação das unidades finalísticas. O principal avanço do novo ciclo é a incorporação da Polícia Federal (PF), da Polícia

Rodoviária Federal (PRF) e da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), que não integravam o Plano anterior. Esses órgãos contam com instâncias próprias que exercem funções de integridade, como corregedorias, instâncias de gestão da ética e canais próprios de ouvidoria e acesso à informação, e passam a atuar, no âmbito do Programa, como verdadeiras unidades seccionais de integridade.

A construção do Plano foi coordenada pela Unidade Setorial de Integridade (USI) do MJSP, exercida pela Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), em articulação com as unidades responsáveis por funções de integridade e com as unidades finalísticas, gerenciais e de suporte. O diagnóstico considerou o Planejamento Estratégico 2024-2027, os resultados do ciclo anterior, os riscos e as vulnerabilidades institucionais, as informações fornecidas pelas áreas, os compromissos assumidos no Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC) 2025-2027 e as necessidades identificadas no MMIP.

As medidas foram organizadas segundo os cinco eixos temáticos do PICC 2025-2027: Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos; Integridade na Relação Estado-Setor Privado; Transparência e Governo Aberto; Combate à Corrupção; e Fortalecimento Institucional para a Integridade. Essa organização aproxima o planejamento ministerial da estratégia do Governo Federal e favorece o acompanhamento integrado das iniciativas que contribuem para o aprimoramento da integridade e para o combate à corrupção.

O Plano reúne 117 ações, distribuídas entre 15 unidades responsáveis. As iniciativas abrangem, entre outros temas, gestão de riscos, controles internos, transparência ativa e passiva, dados abertos, ética pública, prevenção ao conflito de interesses e ao nepotismo, tratamento de denúncias, atividades correcionais, prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação, privacidade e segurança da informação, capacitação, comunicação, relacionamento com o setor privado, recuperação de ativos e fortalecimento das capacidades institucionais de prevenção e combate à corrupção.

A execução das medidas exige participação coletiva. À alta administração cabe demonstrar compromisso permanente, prover direcionamento e apoiar as estruturas responsáveis. À Unidade Setorial de Integridade cabe, como coordenadora da Comissão Executiva do Programa de Integridade (Cepi), coordenar, orientar e monitorar a implementação do Plano. Às unidades seccionais cabe articular, em suas estruturas, a execução e o acompanhamento das medidas. Às unidades responsáveis compete executar as ações pactuadas, produzir evidências e comunicar os resultados. A todos os agentes públicos cabe atuar de acordo com os valores institucionais e contribuir para um ambiente ético, transparente, respeitoso e comprometido com o interesse público.

Mais do que uma relação de entregas, este Plano constitui um compromisso institucional com a melhoria contínua. Seu monitoramento deverá permitir a identificação tempestiva de dificuldades, o aperfeiçoamento das medidas e a prestação de contas à alta administração, ao Órgão Central do Sitai e à sociedade. Ao consolidar prioridades para o biênio 2026-2027, o MJSP reafirma que a integridade deve permear todas as suas atividades e orientar tanto a gestão interna quanto a formulação e a execução das políticas públicas sob sua responsabilidade.

Conheça o MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, cuja origem remonta à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, criada em 1822, integra a administração pública federal direta e exerce competências essenciais à proteção de direitos, à preservação da ordem pública, à promoção da justiça e ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Sua Estrutura Regimental é aprovada pelo Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, com alterações posteriores.

Entre as competências da Pasta destacam-se a defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo; o combate ao tráfico de drogas e aos crimes conexos; a defesa da ordem econômica e dos direitos do consumidor; as políticas de acesso à justiça; a nacionalidade, a migração e o refúgio; a cooperação jurídica internacional; a política sobre drogas; a coordenação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp); o planejamento, a coordenação e a administração da política penal nacional; e a proteção de dados pessoais. A Constituição Federal atribui, ainda, competências próprias à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal, integrantes da estrutura do Ministério.

A estrutura do MJSP é marcada pela diversidade e pela abrangência de suas unidades finalísticas. As secretarias nacionais atuam na formulação, na coordenação e na implementação de políticas relacionadas à justiça, à segurança pública, à defesa do consumidor, às políticas sobre drogas e à gestão de ativos. A Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Secretaria Nacional de Políticas Penais integram esse arranjo com atribuições operacionais e institucionais de elevada complexidade, grande contingente de servidores e presença em todo o território nacional. A articulação entre essas unidades e as áreas de gestão e suporte é indispensável para assegurar coerência institucional, integração de capacidades e incorporação da integridade aos processos decisórios e à execução das políticas públicas.

A diversidade de competências, públicos, processos e relações institucionais expõe o Ministério a riscos de integridade de naturezas distintas. Contratações e transferências de recursos, gestão de pessoas, tratamento de dados e informações sensíveis, interação com particulares, gestão de ativos apreendidos, exercício do poder de polícia, custódia de pessoas privadas de liberdade, articulação federativa e execução de políticas públicas são exemplos de contextos que exigem controles proporcionais, decisões fundamentadas, transparência, segregação de funções e padrões elevados de conduta.

Nesse cenário, a gestão da integridade contribui diretamente para a capacidade do MJSP de cumprir suas competências e entregar resultados à sociedade. Ao prevenir fragilidades, promover o comportamento ético, qualificar a gestão de riscos e fortalecer a prestação de contas, o Plano de Integridade protege os processos institucionais, favorece o alcance dos objetivos estratégicos e reforça a confiança pública nas políticas conduzidas pelo Ministério.

O Planejamento Estratégico 2024-2027 é o principal referencial de direcionamento do MJSP. Aprovado pela Portaria MJSP nº 714, de 24 de junho de 2024, e detalhado pela Resolução CGE nº 27, de 19 de junho de 2024, do Comitê de Governança Estratégica, o instrumento foi construído entre agosto de 2023 e maio de 2024, de forma participativa, com contribuições de representantes de todas as áreas técnicas do Ministério, incluindo a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Senappen e as secretarias nacionais. Sua elaboração seguiu a metodologia Balanced Scorecard, adaptada à realidade do setor público, e foi alinhada ao Plano Plurianual 2024-2027 e às políticas públicas da Pasta.

O Planejamento estabelece os seguintes elementos estratégicos:

Missão: Atuar para a consolidação do Estado Democrático de Direito, zelando pela ordem jurídica, pelo cumprimento de garantias constitucionais e pela implantação de uma política de segurança pública cidadã.

Visão: Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da democracia e essencial na defesa da cidadania, na proteção de direitos, no fortalecimento do acesso à justiça e na gestão de uma política de segurança pública humanizada, em cooperação com os entes federados e com os demais Poderes.

Valores: Ética; Valorização das Pessoas; Defesa do Interesse Público; Comprometimento; e Atuação Colaborativa.

MAPA ESTRATÉGICO DO MJSP 2024-2027

Representação simplificada

MISSÃO

Atuar para a consolidação do Estado Democrático de Direito, zelando pela ordem jurídica, pelo cumprimento de garantias constitucionais e pela implantação de uma política de segurança pública cidadã.

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da democracia e essencial na defesa da cidadania, na proteção de direitos, no fortalecimento do acesso à justiça e na gestão de uma política de segurança pública humanizada, em cooperação com os entes federados e com os demais Poderes.

VALORES

Ética • Valorização das Pessoas • Defesa do Interesse Público • Comprometimento • Atuação Colaborativa

SOCIEDADE E GOVERNO

- Promover a segurança pública cidadã e humanizada, com especial atenção a pessoas em situação de vulnerabilidade
- Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão, inclusive os digitais e os dados pessoais

FOCO DE ATUAÇÃO

- Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade
- Promover uma execução penal justa, que viabilize a reintegração social e a inatividade das lideranças criminosas
- Fortalecer a segurança viária e a mobilidade nas rodovias federais
- Promover a valorização e a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública
- Promover a gestão transversal das políticas públicas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas
- Aprimorar o processo de recuperação de ativos e sua efetiva aplicação em políticas públicas

PESSOAS E INFRAESTRUTURA

- Promover a valorização, o desenvolvimento, a atração e a retenção de talentos
- Otimizar e consolidar a gestão e a governança institucional
- Potencializar e aprimorar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Otimizar a gestão orçamentária e financeira

Fonte: Planejamento Estratégico 2024-2027 do MJSP (Portaria MJSP nº 714/2024 e Resolução CGE nº 27/2024).

A integridade está presente no núcleo da estratégia do Ministério. A Ética e a Defesa do Interesse Público figuram expressamente entre os valores institucionais, e a missão de zelar pela ordem jurídica e pelas garantias constitucionais pressupõe instituições íntegras, transparentes e capazes de responder a desvios. Por essa razão, o Plano de Integridade 2026-2027 não constitui agenda paralela ao planejamento do MJSP. Ele funciona como instrumento de sustentação da estratégia, ao proteger os processos dos quais dependem os resultados institucionais.

Ao alinhar suas medidas aos referenciais estratégicos, o Plano busca assegurar que a integridade seja incorporada aos processos finalísticos, gerenciais e de suporte. O objetivo é fazer com que os valores institucionais orientem o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das políticas e atividades do Ministério, contribuindo para a geração de valor público e para o fortalecimento da confiança da sociedade.

Programa de Integridade do MJSP - IntegriJUSP

O IntegriJUSP é o Programa de Integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O Programa organiza os princípios, as estruturas, os mecanismos, as normas, as diretrizes e os procedimentos que orientam a gestão da integridade pública organizacional no Ministério. Seu propósito é promover ambiente institucional ético, transparente, plural, seguro e orientado pelo interesse público, no qual a integridade seja considerada em todas as atividades e níveis decisórios.

O Programa foi estruturado, em seu ciclo 2024-2026, a partir dos eixos Sistema, Cultura e Prestação de Contas. Essa abordagem ampliou o entendimento institucional sobre integridade, incorporando, além da prevenção e do combate à corrupção, temas relacionados à diversidade, à sustentabilidade, à promoção de ambiente de trabalho saudável, à transparência e à responsabilização. O novo Plano preserva esses avanços e os atualiza à luz do Decreto nº 11.529/2023 e do Referencial Técnico aprovado pela Portaria Normativa CGU nº 234/2025.

No âmbito do IntegriJUSP, a integridade é responsabilidade de toda a organização. A coordenação exercida pela Unidade Setorial de Integridade não substitui as competências próprias das unidades responsáveis por ética, ouvidoria, correição, transparência, controle interno, gestão de riscos, gestão de pessoas, contratações, privacidade e segurança da informação e demais funções relevantes. Ao contrário, o Programa busca integrar essas capacidades, evitar sobreposições, promover o compartilhamento responsável de informações e apoiar soluções conjuntas para situações que possam comprometer a integridade institucional.

A operacionalização do IntegriJUSP ocorre por meio dos instrumentos da gestão da integridade previstos no Referencial Técnico: o Programa de Integridade, de natureza estratégica e mais permanente; o Plano de Integridade, que organiza as medidas a serem implementadas em período determinado; o Plano Operacional da Unidade Setorial de Integridade, que sistematiza as atividades da USI para cada exercício; e o Relatório Anual de Gestão da Integridade, que consolida resultados, fragilidades, boas práticas e estratégias de aperfeiçoamento.

O Plano de Integridade 2026-2027 integra esse conjunto de instrumentos e representa o principal desdobramento operacional do Programa para o biênio. Suas ações foram selecionadas de modo a responder aos riscos e às necessidades de aperfeiçoamento identificados, fortalecer as funções de integridade e apoiar a evolução da maturidade institucional. O Plano também promove convergência com outros instrumentos e políticas, como o Planejamento Estratégico 2024-2027, o Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027, o Programa MJSP sem Assédio e sem Discriminação, o Programa Federal de Ações Afirmativas e o Programa de Privacidade e Segurança da Informação.

Governança do IntegriJUSP

A governança do IntegriJUSP está inserida no Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, instituído pela Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022. Esse sistema estabelece instâncias e mecanismos destinados a avaliar, direcionar e monitorar a gestão, assegurando alinhamento entre estratégia, riscos, controles, integridade e prestação de contas.

No nível estratégico, o Comitê de Governança Estratégica (CGE) do MJSP, a mesma instância responsável por aprovar e acompanhar o Planejamento Estratégico, exerce papel central na orientação e na supervisão das políticas e instrumentos de governança do Ministério. O Plano de Integridade 2026-2027 foi aprovado pelo Comitê em 1º de outubro de 2026, o que reforça a vinculação entre as medidas de integridade e as prioridades estratégicas e evidencia o compromisso da alta administração com sua implementação.

A Assessoria Especial de Controle Interno exerce o papel de Unidade Setorial de Integridade do MJSP, nos termos do Decreto nº 11.529/2023. Nessa função, compete-lhe coordenar as atividades de gestão da integridade, assessorar e reportar à alta administração, articular as unidades responsáveis por funções de integridade, orientar o gerenciamento de riscos à integridade, coordenar os instrumentos de gestão da integridade, promover comunicação e capacitação e manter interlocução com o Órgão Central do Sitai.

A Comissão Executiva do Programa de Integridade (Cepi), prevista no art. 14 da Portaria MJSP nº 2/2022, atua como instância colegiada de apoio à gestão da integridade. Reunindo unidades com atribuições diretamente relacionadas ao tema, a Comissão favorece a cooperação, o intercâmbio de informações, a construção de soluções integradas e o monitoramento da execução do Programa e do Plano. Sua atuação não implica subordinação funcional das unidades participantes à Unidade Setorial de Integridade, preservadas as competências legais e regimentais de cada área.

A execução do Plano é descentralizada. Cada unidade responsável deve incorporar as ações sob sua competência ao respectivo planejamento, mobilizar os recursos necessários, acompanhar metas e prazos, produzir evidências e comunicar à Unidade Setorial de Integridade as informações necessárias ao monitoramento. Nas unidades seccionais, esse papel inclui a articulação interna entre as próprias instâncias de integridade.

O acompanhamento será sistemático e orientado por indicadores, metas, prazos, produtos e evidências. A Unidade Setorial de Integridade consolidará as informações prestadas pelas áreas, identificará dificuldades e reportará os resultados às instâncias competentes. Nas reuniões ordinárias quadrimestrais da Cepi, serão acompanhados o andamento das ações, as dificuldades de execução e as necessidades de revisão de prazos.

Funções e instâncias de integridade

A efetividade do IntegriJUSP depende da atuação coordenada das unidades que exercem funções de integridade. Essas funções possuem competências próprias e complementares e contribuem, em conjunto, para prevenir, detectar e remediar situações que possam comprometer a integridade pública organizacional.

A Unidade Setorial de Integridade, exercida pela Assessoria Especial de Controle Interno, coordena a gestão da integridade e articula a atuação institucional. Também presta assessoramento à alta administração, promove orientação técnica, acompanha os instrumentos de integridade, apoia a gestão de riscos e controles internos e realiza o monitoramento de temas relacionados à transparência e ao acesso à informação no âmbito de suas competências.

A Comissão de Ética promove a gestão da ética, orienta agentes públicos, recebe e analisa consultas, atua na prevenção de conflitos de interesses e examina condutas submetidas à sua competência. Sua atuação educativa e preventiva contribui para difundir padrões de comportamento e fortalecer a cultura ética no ambiente de trabalho.

A Corregedoria-Geral exerce a função correcional no âmbito do Ministério, com atuação preventiva e de responsabilização. Compete-lhe orientar e supervisionar atividades correcionais, realizar juízo de admissibilidade, instaurar ou conduzir procedimentos e processos de sua competência e desenvolver ações de prevenção de irregularidades e aperfeiçoamento dos fluxos correcionais.

A Ouvidoria-Geral promove a interlocução entre o Ministério e a sociedade, recebe e trata manifestações, denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios e exerce atribuições relacionadas ao acesso à informação. Os dados e as análises produzidos pela atividade de ouvidoria constituem insumos relevantes para identificar fragilidades, aperfeiçoar serviços e orientar medidas de integridade.

As unidades responsáveis pela gestão de pessoas contribuem para a integridade por meio de políticas de desenvolvimento, capacitação, seleção, movimentação, bem-estar, prevenção ao assédio e à discriminação e promoção de ambiente organizacional respeitoso. A Assessoria de Participação Social e Diversidade atua em iniciativas relacionadas à participação social, diversidade e ações afirmativas, ampliando a conexão entre integridade, inclusão e direitos.

As áreas responsáveis por contratações, gestão de riscos, tecnologia, privacidade, segurança da informação, comunicação e planejamento estratégico também desempenham funções essenciais. Sua participação permite que a integridade seja incorporada aos processos decisórios e operacionais, aos controles, às relações com terceiros e à comunicação com os públicos interno e externo.

Unidades seccionais de integridade na PF, PRF, Senasp e Senappen

A Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Secretaria Nacional de Políticas Penais ocupam posição singular no IntegriJUSP. Esses órgãos concentram parcela expressiva da força de trabalho do Ministério, atuam em todo o território nacional e conduzem atividades nas quais os riscos à integridade são particularmente sensíveis, como a condução de operações especiais, a investigação criminal, a fiscalização nas rodovias federais, a custódia de pessoas privadas de liberdade, o tratamento de informações sigilosas e a gestão de recursos e bens. Em razão dessa dimensão e dessas especificidades, a efetividade da gestão da integridade no MJSP depende da participação ativa desses órgãos.

Diferentemente de outras unidades do Ministério, a PF, a PRF, a Senasp e a Senappen dispõem de estruturas próprias que exercem funções de integridade em seus respectivos âmbitos. Cada um desses órgãos conta com corregedoria própria, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, responsável pela apuração de irregularidades e por ações de prevenção e educação correcional. Também dispõem de instâncias próprias de gestão da ética, a exemplo de Comissão de Ética e Ouvidoria, e de normas de conduta específicas, como o Código de Ética da Polícia Federal. Além disso, atendem diretamente pedidos de acesso à informação e manifestações de ouvidoria e mantêm encarregados próprios pelo tratamento de dados pessoais.

Por reunirem, em suas estruturas, funções correcionais, éticas, de ouvidoria, de transparência e de proteção de dados, esses órgãos atuam como verdadeiras unidades seccionais de integridade. Nessa condição, cabe-lhes articular internamente suas próprias instâncias de integridade, desdobrar as diretrizes do Programa para suas realidades específicas, executar e monitorar as ações sob sua responsabilidade e fornecer à Unidade Setorial de Integridade as informações necessárias ao acompanhamento do Plano.

A incorporação desses órgãos é a principal inovação do Plano 2026-2027 em relação ao ciclo anterior. A PRF e a Senasp são responsáveis, cada uma, por 13 ações, a Senappen por 9 e a PF por 7, além de figurarem como corresponsáveis em diversas medidas coordenadas pela AECI e por outras unidades. Entre as iniciativas previstas, destacam-se a implementação da gestão de riscos de integridade, a capacitação especializada de membros de corregedorias e de comissões de processo administrativo disciplinar, a promoção de campanhas e treinamentos em integridade, além da capacitação de policiais no enfrentamento à corrupção.

A participação dessas unidades confere ao Plano maior abrangência e aderência à realidade do Ministério. Ao levar a gestão da integridade para os processos finalísticos e para as estruturas que executam políticas públicas em todo o país, o Plano amplia a capacidade institucional de prevenir desvios onde os riscos efetivamente se materializam. Essa atuação em rede, coordenada pela USI e acompanhada pela Cepi, permite construir uma visão integrada da integridade no MJSP, reduzir assimetrias entre as unidades e fazer com que o IntegriJUSP produza efeitos concretos sobre a cultura organizacional, a qualidade da gestão e a confiança da sociedade.

Ações do Plano de Integridade 2026-2027

O Plano de Integridade do MJSP 2026-2027 foi estruturado a partir de um conjunto de novas reuniões realizadas de julho a setembro de 2026, num amplo esforço da Unidade Setorial de Integridade (USI) do MJSP junto aos órgãos singulares do Ministério. O novo Plano reúne 117 ações, distribuídas entre 15 unidades, com a participação das denominadas "unidades seccionais" de integridade do MJSP, a saber: PF, PRF, Senasp e Senappen, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Unidade	Nº de ações	Unidade	Nº de ações
AECI	45	Corregedoria-Geral	3
PRF	13	Ascom	1
Senasp	13	Aspad	1
Comissão de Ética	11	SAA	1
Ouvidoria-Geral	9	Sedigi	1
Senappen	9	Senad	1
PF	7	Senajus (DRCI)	1
STI	1		

As ações podem também ser visualizadas segundo os cinco eixos temáticos do PICC 2025-2027, com predominância do eixo de fortalecimento institucional, conforme abaixo:

Eixo temático (PICC 2025-2027)	Nº de ações
Eixo 1 – Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	19
Eixo 2 – Integridade na Relação Estado-Setor Privado	1
Eixo 3 – Transparência e Governo Aberto	27
Eixo 4 – Combate à Corrupção	6
Eixo 5 – Fortalecimento Institucional para a Integridade	64

Outra forma com que as ações podem ser classificadas é pela tipologia. Conforme pode ser visto abaixo, dentre as tipologias mais frequentes, figuram capacitação e treinamento, assessoria e apoio técnico, comunicação e divulgação, elaboração ou atualização de documentos e normativos, gestão de riscos e monitoramento e acompanhamento:

Tipo de Atividade	Quantidade
Capacitação e Treinamento	27
Assessoria e Apoio Técnico	25
Comunicação e Divulgação	15
Elaboração/Atualização de Documento ou Normativo	14
Atendimento a Demandas	8
Gestão de riscos	6
Monitoramento e Acompanhamento	6
Participação em Colegiado/Comitê	6
Gestão de Sistemas	2
Revisão Normativa	2
Aprovação de documentos	1
Articulação e Mobilização Institucional	1
Comprometimento e Apoio da Alta Administração	1
Controle	1
Diagnóstico e Autoavaliação	1
Diagnóstico e Planejamento Institucional	1

Em 28 de setembro de 2026, ocorreu a Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Programa de Integridade (Cepi), na qual deliberou-se pela aprovação das ações propostas para o Plano de Integridade do MJSP 2026-2027 no âmbito daquele colegiado. Posteriormente, em 1º de outubro de 2026, ocorreu a Reunião Ordinária do Comitê de Governança Estratégica do Ministério (CGE/MJSP) que resultou na aprovação do novo Plano de Integridade do MJSP 2026-2027.

Anexo 1: Ações do Plano de Integridade 2026-2027

Eixo	Ação	Modalidade	Prazo/ Periodicidade	Responsável	Corresponsável
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Apoiar os gestores nos processos de Tomada de Contas Especial (TCE)	Atividade Contínua		AECI	
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Apoiar tecnicamente as áreas de gestão de pessoas das unidades do MJSP na condução dos indícios de irregularidades de folha de pessoal constantes na trilha do sistema e-pessoal do TCU	Atividade Contínua		AECI	SAA, SENAPPEN
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Apoiar tecnicamente as áreas do MJSP na implementação de gestão de riscos (exceto PF, PRF, Senasp e Senappen)	Atividade Contínua		AECI	Unidades do MJSP
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Apoiar tecnicamente as áreas do MJSP nas fases das auditorias/fiscalizações da CGU (exceto PF, PRF, Senasp e Senappen)	Atividade Contínua		AECI	
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Apoiar tecnicamente as áreas do MJSP nas fases das auditorias/fiscalizações do TCU (exceto PF e PRF)	Atividade Contínua		AECI	SENASP, SENAPPEN
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Apoiar tecnicamente as áreas do MJSP nas respostas às diligências do TCU (exceto PF e PRF)	Atividade Contínua		AECI	
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Apoiar tecnicamente as áreas do MJSP no atendimento das demandas da Controladoria-Geral da União (CGU) (exceto PF, PRF, Senasp e Senappen)	Atividade Contínua		AECI	

Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Atuar como segunda linha em contratações públicas de competência da Secretaria-executiva	Atividade Contínua		AECI	
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Capacitar as áreas do MJSP no mapeamento dos riscos	Projeto	1Q/2027	AECI	SAA, CGGE, PF, PRF, SENASP, SENAPPEN
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Promover treinamento sobre Tomada de Contas Especial (TCE)	Projeto	1Q/2027	AECI	SAA
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Apoiar tecnicamente a área de gestão de pessoas da PRF na condução dos indícios de irregularidades de folha de pessoal constantes na trilha do sistema e-pessoal do TCU	Atividade Contínua		PRF	AECI
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Apoiar tecnicamente as áreas da PRF nas fases das auditorias/fiscalizações da CGU	Atividade Contínua		PRF	AECI
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Apoiar tecnicamente as áreas da PRF nas fases das auditorias/fiscalizações do TCU	Atividade Contínua		PRF	AECI

Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Apoiar tecnicamente as áreas da PRF nas respostas às diligências do TCU	Atividade Contínua		PRF	AECI
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Apoiar tecnicamente as áreas da PRF no atendimento das demandas da Controladoria-Geral da União (CGU)	Atividade Contínua		PRF	AECI
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Apoiar tecnicamente as áreas da Senappen nas fases das auditorias/fiscalizações da CGU	Atividade Contínua		SENAPPEN	AECI
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Apoiar tecnicamente as áreas da Senappen no atendimento das demandas da Controladoria-Geral da União (CGU)	Atividade Contínua		SENAPPEN	AECI
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Apoiar tecnicamente as áreas da Senasp nas fases das auditorias/fiscalizações da CGU	Atividade Contínua		SENASP	AECI
Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos	Apoiar tecnicamente as áreas da Senasp no atendimento das demandas da Controladoria-Geral da União (CGU)	Atividade Contínua		SENASP	AECI
Eixo 2 - Integridade na Relação Estado-Setor Privado	Mobilizar empresas do setor para adesão ao Pacto Brasil pela Integridade	Atividade Contínua		AECI	

Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Atualizar a página eletrônica do órgão para constar as informações gerais da USI (item 65 do referencial técnico)	Projeto	3Q/2026	AECI	ASCOM
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Atualizar as informações no Portal de Dados Abertos do Governo Federal	Atividade Contínua		AECI	Unidades do MJSP
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Elaborar o relatório da Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação	Atividade Contínua	Anual	AECI	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Monitoramento de Transparência Ativa (STA, Painel de Transparência Ativa)	Atividade Contínua		AECI	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Monitorar a seção "Quem é Quem" do sítio do MJSP	Atividade Contínua		AECI	SENAPPEN
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Monitorar os registros no sistema e-Agendas	Atividade Contínua		AECI	PF, PRF, SENASP, SENAPPEN
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Normatizar o processo e publicar o Plano de Dados Abertos 2027-2028	Projeto	3Q/2026	AECI	Unidades do MJSP
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Orientar os administradores Institucionais gestores sobre a utilização tempestiva do e-Agendas	Projeto	1Q/2027	AECI	

Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Revisão da Portaria de Transparência Ativa	Projeto	3Q/2026	AECI	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Atender aos pedidos de acesso à informação recebidos por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) (exceto PF, PRF e Senappen)	Atividade Contínua	Monitoramento mensal	OUVIDORIA-GERAL	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Atender às manifestações de ouvidoria recebidas por meio da Plataforma Fala.BR (exceto PF, PRF e Senappen)	Atividade Contínua	Monitoramento mensal	OUVIDORIA-GERAL	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Prestar apoio técnico às áreas do MJSP na elaboração de respostas aos recursos de primeira instância relativos a pedidos de acesso à informação	Atividade Contínua	Monitoramento mensal	OUVIDORIA-GERAL	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Revisão da Portaria de Transparência Passiva (Serviço de Informação ao Cidadão - SIC)	Projeto	3Q/2026	OUVIDORIA-GERAL	SENAPPEN, PF, PRF
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Atender aos pedidos de acesso à informação recebidos na PF por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Atividade Contínua	Monitoramento mensal	PF	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Atender às manifestações de ouvidoria recebidas na PF por meio da Plataforma Fala.BR	Atividade Contínua	Monitoramento mensal	PF	

Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Atender aos pedidos de acesso à informação recebidos na PRF por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Atividade Contínua	Monitoramento mensal	PRF	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Atender às manifestações de ouvidoria recebidas na PRF por meio da Plataforma Fala.BR	Atividade Contínua	Monitoramento mensal	PRF	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Atender aos pedidos de acesso à informação recebidos na Senappen por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Atividade Contínua	Monitoramento mensal	SENAPPEN	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Atender às manifestações de ouvidoria recebidas na Senappen por meio da Plataforma Fala.BR	Atividade Contínua	Monitoramento mensal	SENAPPEN	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Atualizar as bases de dados dos Dados Nacionais de Segurança Pública e as respectivas notas metodológicas dos gestores estaduais.	Atividade Contínua	Mensal	SENASP	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Atualizar o Painel Público dos Dados Nacionais de Segurança Pública	Atividade Contínua	Mensal	SENASP	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Disponibilizar visão pública consolidada da carteira de projetos estratégicos da Senasp	Projeto	3Q/2027	SENASP	

Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Publicar em portal público de acesso aberto, Relatório, Painel e Infográfico referentes à Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública.	Atividade Contínua	Anual	SENASP	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Publicar o Mapa da Segurança Pública, sistematizando e divulgando os principais indicadores e estatísticas oficiais de segurança pública em âmbito nacional.	Atividade Contínua	Anual	SENASP	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Publicar o Relatório Estatístico Anual de Pessoas Desaparecidas e Localizadas, ampliando o conhecimento público sobre o fenômeno do desaparecimento de pessoas no Brasil.	Atividade Contínua	Anual	SENASP	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Publicar, em portal público de acesso aberto, painel ou relatório que dê transparência à qualidade dos dados enviados pelas Unidades da Federação ao Sinesp.	Projeto	3Q/2026	SENASP	
Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto	Apoiar tecnicamente a automação da publicação dos dados previstos no Plano de Dados Abertos	Projeto	1Q/2027	STI	AECI

Eixo 4 - Combate à Corrupção	Capacitar Policiais Federais como multiplicadores do projeto Faça a Sua Parte, com o objetivo de promover em todo o território nacional, palestras e atividades socioeducativas destinadas a jovens e crianças em idade escolar com a temática da prevenção à corrupção, com a difusão de valores refratários à cultura da corrupção.	Projeto	3Q/2027	PF	
Eixo 4 - Combate à Corrupção	Realizar capacitações de 80 Policiais Federais na área de combate à corrupção e desvios de recursos públicos, a serem efetivadas pela Coordenação de Repressão à Corrupção (CRC/CGRC/DICOR/), no intuito de promover a difusão de metodologias e técnicas de investigação.	Projeto	3Q/2027	PF	
Eixo 4 - Combate à Corrupção	Realizar o aprimoramento de sistemas do Ministério de modo a implementar funcionalidades necessárias à gestão eficiente dos bens apreendidos, de forma integrada com outros sistemas	Projeto	1Q/2027	SENAD	
Eixo 4 - Combate à Corrupção	Discutir e aprovar a Política Nacional de Recuperação de Ativos, que trará medidas para desarticular financeiramente organizações criminosas, reconhecendo a importância da descapitalização para o combate ao crime.	Projeto	3Q/2026	SENAJUS (DRCI)	SENAPPEN
Eixo 4 - Combate à Corrupção	Capacitar 4.000 profissionais das áreas de controle e integridade para prevenção, detecção e fortalecimento das ações anticorrupção, por meio da oferta de cursos nas modalidades EaD e presencial.	Projeto	3Q/2027	SENASP	SAA

Eixo 4 - Combate à Corrupção	Desenvolvimento de solução tecnológica que possibilite ao cidadão realizar consultas, mediante utilização de seu CPF, com o objetivo prevenir/combater fraudes e demais crimes, como por exemplo, furto e roubo de celulares (Cidadão Mais Seguro)	Projeto	3Q/2026	SENASP	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Aplicação do Questionário de Percepção de Integridade junto ao corpo funcional do MJSP	Projeto	3Q/2026	AECI	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Apoiar tecnicamente as áreas do MJSP na Implementação da Gestão de Riscos de Integridade (exceto PF, PRF, Senasp e Senappen)	Atividade Contínua		AECI	Unidades do MJSP
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Apoiar tecnicamente o Gestor de Segurança da Informação na normatização do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI)	Atividade Contínua		AECI	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Atuar como instância de integridade no Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI)	Atividade Contínua		AECI	

Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Capacitar a Alta Administração nos temas de integridade da Administração Pública federal	Projeto	3Q/2026	AECI	SAA
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Capacitar as áreas do MJSP no mapeamento dos riscos de integridade	Projeto	2Q/2027	AECI	SAA, PF, PRF, SENASP, SENAPPEN
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Capacitar o corpo funcional sobre prevenção e combate ao nepotismo na nomeação de servidores efetivos e comissionados e na contratação de terceirizados, consultores, bolsistas e estagiários no âmbito do MJSP	Projeto	2Q/2027	AECI	SENAPPEN, CGGP, SAA
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Criar trilha de capacitação em ética e integridade para o corpo funcional do MJSP	Projeto	1Q/2027	AECI	SAA
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Desenvolvimento do módulo de gestão de riscos de integridade do sistema AGIR	Projeto	3Q/2026	AECI	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Disseminar aos membros da CEPI conhecimentos obtidos em capacitações pelos seus servidores	Atividade Contínua		AECI	Membros da CEPI
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Elaborar e divulgar o boletim informativo IntegriJusp	Atividade Contínua	Quadrimestral	AECI	

Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Implantar a gestão de riscos de processo e de integridade na USI	Projeto	1Q/2027	AECI	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Monitorar as pendências de registro no sistema e-Patri	Atividade Contínua		AECI	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Monitorar o plano de integridade	Atividade Contínua	Quadrimestral	AECI	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Orientar a alta administração no preenchimento do sistema e-Patri	Projeto	3Q/2026	AECI	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Participar das atividades compulsórias promovidas pelo Órgão Central do Sitai	Atividade Contínua		AECI	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Planejar as capacitações da USI com base nas suas competências técnicas, durante a elaboração do PDP do MJSP	Projeto	3Q/2026	AECI	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Prestar assessoria à Comissão de Ética Setorial das unidades do MJSP (exceto PF, PRF, Senappen)	Atividade Contínua		AECI	

Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Realizar as Reuniões Ordinárias da Comissão Executiva do Programa de Integridade (CEPI)	Atividade Contínua	Quadrimestral	AECI	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Realizar seminário anual sobre temas de integridade e transparência no MJSP, com a participação da CGU e do TCU	Atividade Contínua	Anual	AECI	Alta Administração do MJSP, CGGP
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Registrar compromisso da Alta Administração com o Programa de Integridade (evento, vídeo institucional, comunicado oficial assinado)	Projeto	3Q/2026	AECI	Alta Administração do MJSP
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Regulamentar/atualizar as competências técnicas da USI no âmbito do MJSP	Projeto	3Q/2026	AECI	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Revisão da Portaria MJSP 430/2019, que regula o fluxo de prevenção e combate ao nepotismo na nomeação de servidores efetivos e comissionados e na contratação de terceirizados, consultores, bolsistas e estagiários no âmbito do MJSP	Projeto	1Q/2027	AECI	SENAPPEN, CGGP
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Revisar a portaria de composição da Comissão Executiva do Programa de Integridade (CEPI)	Projeto	2Q/2027	AECI	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Submeter o Plano de Integridade à deliberação e aprovação formal do Comitê de Governança Estratégica	Projeto	3Q/2026	AECI	

Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Promover campanhas de comunicação sobre integridade dentro do plano de comunicação do MJSP (e-agendas, Seci, etc.)	Atividade Contínua	Quadrimestral	ASCOM	AECI
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Gerenciar o Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA) no âmbito do MJSP	Atividade Contínua	Quadrimestral	ASPAD	AECI
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Analisar consultas sobre conflito de interesses e pedidos de autorização para exercício de atividade privada	Atividade Contínua		COMISSÃO DE ÉTICA	CGGP, AECI
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Analisar os casos de denúncia de descumprimento de normas éticas e a formalização de acordo de conduta pessoal e profissional	Atividade Contínua		COMISSÃO DE ÉTICA	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Atualizar o Código de Ética do MJSP	Projeto	2Q/2027	COMISSÃO DE ÉTICA	Comitê setorial de Ética na PF, PRF, SENAPPEN
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Capacitar o corpo funcional em temas relacionados à ética e à integridade, contemplando o Código de Ética	Projeto	3Q/2027	COMISSÃO DE ÉTICA	SAA
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Capacitar o corpo funcional em temas relacionados à ética e à integridade, contemplando prevenção ao assédio e à discriminação.	Projeto	2Q/2027	COMISSÃO DE ÉTICA	AECI, SAA
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Capacitar o corpo funcional sobre conflito de interesses e autorização para exercício de atividade privada	Projeto	2Q/2027	COMISSÃO DE ÉTICA	AECI, SAA

Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Dar continuidade à ação de caráter preventivo e educativo, por meio da produção e divulgação periódica de ferramentas educacionais como Pílula da Ética, Dicas da Ética, Minuto da Ética e outros conteúdos destinados à disseminação de orientações, princípios e normas de ética pública no âmbito do MJSP.	Atividade Contínua		COMISSÃO DE ÉTICA	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Elaborar 3 manuais de procedimentos e de orientação destinados ao suporte das atividades do Colegiado e da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética e à disseminação dos normativos éticos aplicáveis no âmbito do MJSP.	Projeto	2Q/2027	COMISSÃO DE ÉTICA	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Elaborar proposta de reestruturação organizacional da Comissão de Ética, com vistas ao fortalecimento de sua capacidade institucional.	Projeto	2Q/2027	COMISSÃO DE ÉTICA	

Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Promover palestras dos normativos inerentes à atribuições da Comissão de Ética do MJSP	Projeto	2Q/2027	COMISSÃO DE ÉTICA	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Retomar a publicação da Revista Ágora como instrumento de disseminação de conhecimento e promoção da ética pública no âmbito do MJSP.	Atividade Contínua		COMISSÃO DE ÉTICA	ASCOM
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Elaborar e formalizar fluxo de atuação próprio da Corregedoria Setorial do MJSP	Projeto	3Q/2026	CORREGEDORIA	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Elaborar Manual de Orientações Correcionais para condução de procedimentos de Assédio, Discriminação e outras condutas.	Projeto	1Q/2027	CORREGEDORIA	SENAPPEN
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Promover treinamento em temas correicionais	Projeto	2Q/2027	CORREGEDORIA	SAA
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Promover capacitações em temas relacionados à Lei de Acesso à Informação (LAI)	Atividade Contínua	Semestral	OUVIDORIA-GERAL	SAA

Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Promover capacitações em temas relacionados às atividades de ouvidoria	Atividade Contínua	Semestral	OUVIDORIA-GERAL	SAA
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Revisar e aprimorar o fluxo de atuação da Ouvidoria Setorial do MJSP para a tramitação de denúncias e comunicações de irregularidade	Projeto	1Q/2027	OUVIDORIA-GERAL	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Revisar e aprimorar o fluxo de atuação da Ouvidoria Setorial do MJSP para a tramitação de manifestações de ouvidoria dos tipos reclamação, elogio, sugestão, solicitação e pedido de simplificação	Projeto	1Q/2027	OUVIDORIA-GERAL	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Revisar e aprimorar o fluxo de atuação da Ouvidoria Setorial do MJSP para a tramitação de pedidos de acesso à informação e dos respectivos recursos	Projeto	3Q/2026	OUVIDORIA-GERAL	SENAPPEN, PF, PRF
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Atuar como encarregado de dados na âmbito do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) para fins de LGPD na PF	Atividade Contínua		PF	

Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Promover campanhas de comunicação relacionada a temas de integridade na área da PF	Atividade Contínua	Quadrimestral	PF	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Promover treinamento em temas de integridade na área da PF	Projeto	2Q/2027	PF	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Apoiar tecnicamente as áreas da PRF na implementação de gestão de riscos	Atividade Contínua		PRF	AECI
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Apoiar tecnicamente as áreas da PRF na Implementação da Gestão de Riscos de Integridade	Atividade Contínua		PRF	AECI
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Atuar como encarregado de dados na âmbito do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) para fins de LGPD na PRF	Atividade Contínua		PRF	

Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Implementar programa de capacitação especializada para membros da Corregedoria e comissões de PAD da PRF	Atividade Contínua		PRF	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Promover campanhas de comunicação relacionada a temas de integridade na área da PRF	Projeto	2 vezes ao ano	PRF	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Promover treinamento em temas de integridade na área da PRF	Projeto	1 vez ao ano	PRF	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Regulamentar a Rede de Acolhimento do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e Discriminação no MJSP prevista no Decreto 12.122/2024	Projeto	1Q/2027	SAA	Unidades do MJSP
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Atuar como encarregado de dados na âmbito do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) para fins de LGPD no MJSP	Atividade Contínua		SEDIGI	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Apoiar tecnicamente as áreas da Senappen na implementação de gestão de riscos	Atividade Contínua		SENAPPEN	AECI

Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Apoiar tecnicamente as áreas da Senappen na Implementação da Gestão de Riscos de Integridade	Atividade Contínua		SENAPPEN	AECI
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Atuar como encarregado de dados na âmbito do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) para fins de LGPD na Senappen	Atividade Contínua		SENAPPEN	
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Promover campanhas de comunicação relacionada a temas de integridade na área da SENAPPEN	Projeto	3Q/2027	SENAPPEN	AECI
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Promover treinamento em temas de integridade na área da SENAPPEN	Projeto	3Q/2027	SENAPPEN	AECI
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Apoiar tecnicamente as áreas da Senasp na implementação de gestão de riscos	Atividade Contínua		SENASP	AECI
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade	Realizar o levantamento e a avaliação dos riscos de integridade nos processos da Senasp.	Atividade Contínua		SENASP	AECI

Anexo 2: Ações do Plano de Integridade 2024-2026

O Plano de Integridade 2024-2026, aprovado no âmbito da Cepi, reuniu as ações concretas voltadas ao fortalecimento da integridade pública no MJSP, convertendo as diretrizes do Programa de Integridade em medidas específicas, com unidades responsáveis e prazos definidos. Sua elaboração partiu de oficinas realizadas com as áreas do Ministério entre outubro e dezembro de 2023. Nelas, as unidades identificaram riscos à integridade em seus processos de trabalho, como conflitos de interesse, uso indevido de recursos públicos, vulnerabilidades em contratações, assédio e discriminação, e propuseram ações para tratá-los. Somaram-se a esse resultado as contribuições das Secretarias ao Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC) 2025-2027. As ações foram distribuídas entre as unidades de assessoramento e controle do Ministério, a Secretaria-Executiva, as Secretarias Nacionais (Senajus, Senacon, Senad, Senasp e SAL) e a Agência Nacional de Proteção de Dados, então denominada Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Das 58 ações previstas, 37 foram concluídas e 14 foram extintas. As 7 restantes passaram para o Plano de Integridade 2026-2027, onde continuarão a ser acompanhadas.

Referência	Título da Ação	Unidade Responsável	Situação
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Auto avaliação de integridade MMIP	AECI	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Acompanhamento do MMOUV	AECI	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Acompanhamento do MMCOR - Autoavaliação seguindo o Modelo de Maturidade Correcional	AECI	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Boletim mensal de integridade	AECI	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Elaboração do PDA	AECI	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Apoio à construção da Estratégia de Governo Aberto	AECI	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Monitoramento de Transparência Ativa	AECI	Incorporada ao Plano 26-27
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Atualização de atos normativos	AECI	Concluída

Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Monitoramento do plano de integridade	AECI	Incorporada ao Plano 26-27
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Promoção de atividades de prevenção e de correição para verificação de regularidade e a eficácia de serviços e proposição de medidas saneadoras ao seu funcionamento.	Coger	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Reestruturação da Corregedoria-Geral	Coger	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Transparência ativa das informações Correcionais.	Coger	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	[Integridade] - Proposição de reestruturação da Ouvidoria-Geral	OUV	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Atualizar Portarias de Transparência Ativa e Passiva	OUV	Encerrada
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Estruturação da Diretoria de Assuntos Legislativos	SAL	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	fortalecer os processos de transparência - Intensificar o conhecimento e o respeito a legislação	SAL	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Estruturação da Diretoria de Assuntos Legislativos	SAL	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Estudos sobre riscos envolvidos em projetos do MJSP	SAL	Encerrada
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Capacitação das demais secretarias para compreensão do processo legislativo.	SAL	Encerrada

Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Definição mais precisa dos fluxos internos de posicionamento legislativo	SAL	Encerrada
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Promover o aprimoramento da gestão dos procedimentos de recall (campanhas de chamamento) no Brasil, que visam à correção de produtos inseguros inseridos no mercado de consumo, com a implementação do Sistema Recall.gov.br. Busca-se reduzir a burocracia e tornar intuitivos o fornecimento e a obtenção de informações a respeito dos recalls de produtos oferecidos ao consumidor no âmbito dos diversos agentes (públicos e privados) que operam no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	Senacon	Encerrada
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Página Web das ações da Senad em cada UF	Senad	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Mitigação de riscos nos Leilões Públicos	Senad	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Articulação com os gabinetes dos parlamentares - Emendas Impositivas	Senad	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Criação de protocolo para reuniões Publicidade da agenda e da pauta (controle social) - RELAÇÃO MAL GERIDA COM ENTES E PARCEIROS PRIVADOS	Senad	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Criação de Manual para celebração de convênios, TEDs e outros instrumentos; Ofício-circular com fluxos; Definição de 2 pontos focais por diretoria para responder pelos instrumentos de cada área	Senad	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Criação de protocolo Preferência por chamamentos públicos na escolha de parceiros Transparência dos processos decisórios	Senad	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Plano Nacional de Políticas sobre Recuperação de Ativos	Senad	Encerrada
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Aproximação com os parceiros para melhoria do gasto público e reconhecimento dos esforços	Senad	Encerrada
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Anticorrupção + Reestruturação das regras de conduta dos leiloeiros e outras ações	Senad	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Oficinas para os conveniados aprenderem o que deve ser feito durante o projeto, com o intuito de reiterar a importância da prestação de contas + outras ações	Senad	Concluída

Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Avaliação de riscos de integridade no processo de licenciamento ambiental, como forma de prevenir e combater fraude e corrupção	Senajus	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Elaboração de Diretrizes Nacionais de Integridades para prevenção e combate a corrupção e fraudes associadas a empreendimentos com impacto ambiental	Senajus	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Catalogação de dados estratégicos para o enfrentamento da corrupção: - Compromisso 2 OGP - Dados abertos para o enfrentamento coletivo da corrupção: Marco 2 - Catalogação de dados estratégicos para o enfrentamento da corrupção Marco 6 - Programa de capacitação e sensibilização dos gestores da administração pública para a gestão de dados	Senajus	Encerrada
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Ofertar capacitações para membros institucionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) em temáticas de integridade e corrupção	Senasp	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Fortalecimento da Plataforma ComprasSusp	Senasp	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Editar normativos para regulamentar os processos relativos às contratações e execuções contratuais, a definição de itens prioritários para atas de registro de preço de abrangência nacional e a vinculação das demandas de aquisições e contratações às políticas públicas vigentes	Senasp	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Elaboração de Plano de Acompanhamento e Fiscalização, contemplando a execução das diárias das operações, prevendo a realização de Workshop de treinamento da equipe CGFRON visando qualificar os quadros com base nos controles já existentes e para a realização da fiscalização in loco nos Entes Federativos.	Senasp	Concluída

Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Formar profissionais de segurança pública no Curso Nacional de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - Nível Multiplicador	Senasp	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Identificação e divulgação interna das ferramentas existentes no âmbito do Ministério para o recebimento e tratamento de denúncias envolvendo assédio moral, institucional e sexual, bem como ações de capacitação e conscientização nessa temática	Senasp	Encerrada
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Elaborar proposta, através de Grupo de Trabalho multidisciplinar, para a criação de um Banco de Talentos de profissionais da Segurança Pública no âmbito da Senasp	Senasp	Encerrada
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Implementar rotinas de fiscalização e monitoramento visando o aperfeiçoamento do processo relativo ao pagamento de diárias aos operadores das unidades federativas que executam as operações coordenadas pela DIOPI	Senasp	Encerrada
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	A tecnologia Sinesp CAD permite o acompanhamento em tempo real da localização dos agentes policiais envolvidos nas operações coordenadas pela Diopi, bem como o cadastro das equipes policiais e a assinatura do chefe da equipe, o que constitui medida de mitigação de riscos	Senasp	Encerrada
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Implementação de rotinas de fiscalização e monitoramento visando o aperfeiçoamento do processo relativo ao pagamento de diárias aos operadores das unidades federativas que executam as operações coordenadas pela DIOPI	Senasp	Encerrada

Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Promover o Encontro Nacional - Segurança Pública e Enfrentamento à Violência contra a Mulher	Senasp	Encerrada
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Elaboração do Painel de Ocorrências Contábeis	SPO/SE	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Elaboração de Relatórios de Ocorrências Contábeis	SPO/SE	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Controle anual de concessão de outorgas junto à Receita Federal do Brasil	SPO/SE	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Controle semestral de usuários cadastrados no Siafi	SPO/SE	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Recadastramento semestral dos usuários do sistema Corporativo SIOP	SPO/SE	Concluída
Ação do Plano de Integridade 2024-2026	Mapeamento e análise da integridade dos restos a pagar.	SPO/SE	Concluída
PICC 2025-27	Realizar capacitações de 80 Policiais Federais na área de combate à corrupção e desvios de recursos públicos, a serem efetivadas pela Coordenação de Repressão à Corrupção (CRC/CGRC/DICOR/), no intuito de promover a difusão de metodologias e técnicas de investigação.	PF	Incorporada ao Plano 26-27

PICC 2025-27	Tornar transparente dados quantitativos e qualitativos das investigações da Polícia Federal por meio de publicação de painel de BI com informações de inquéritos policiais em andamento no Portal de Dados Abertos.	PF	Concluída
PICC 2025-27	Criar procedimentos e protocolos de investigação patrimonial para a efetiva apuração do delito em todas as suas dimensões: autoria, materialidade e recuperação de ativos.	PF	Concluída
PICC 2025-27	Capacitar Policiais Federais como multiplicadores do projeto Faça a Sua Parte, com o objetivo de promover em todo o território nacional, palestras e atividades socioeducativas destinadas a jovens e crianças em idade escolar com a temática da prevenção à corrupção, com a difusão de valores refratários à cultura da corrupção.	PF	Incorporada ao Plano 26-27
PICC 2025-27	Realizar o aprimoramento de sistemas do Ministério de modo a implementar funcionalidades necessárias à gestão eficiente dos bens apreendidos, de forma integrada com outros sistemas.	Senad	Incorporada ao Plano 26-27
PICC 2025-27	Discutir e aprovar a Política Nacional de Recuperação de Ativos, que trará medidas para desarticular financeiramente organizações criminosas, reconhecendo a importância da descapitalização para o combate ao crime.	SENAJUS (DRCI)	Incorporada ao Plano 26-27
PICC 2025-27	Capacitar 4.000 profissionais das áreas de controle e integridade para prevenção, detecção e fortalecimento das ações anticorrupção, por meio da oferta de cursos nas modalidades EaD e presencial.	Senasp	Incorporada ao Plano 26-27